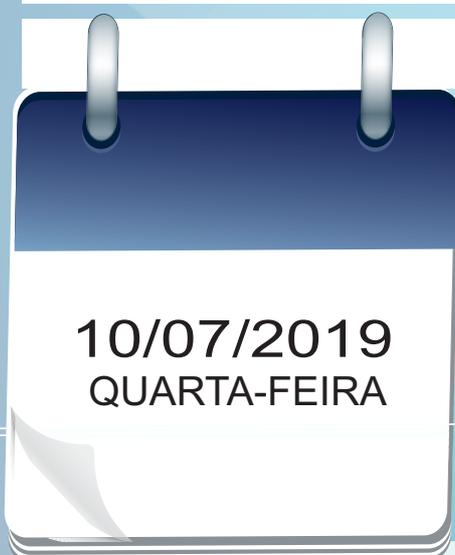


# CLIPPING



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



10/07/2019  
QUARTA-FEIRA

LOREM IPSUM  
DOLOR SIT AMET

### DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

[imprensa@tce.go.gov.br](mailto:imprensa@tce.go.gov.br)

[www.tce.go.gov.br](http://www.tce.go.gov.br)

3228-2699





## GIRO



**Caio Henrique  
Salgado**

caio.salgado@opopular.com.br

## *Adial encaminha parecer que aponta impossibilidade de RRF cortar incentivos*

A Associação Pró-desenvolvimento Industrial de Goiás (Adial) enviou ao governador Ronaldo Caiado (DEM) um parecer jurídico que aponta para a impossibilidade de corte de 10% ao ano nos incentivos fiscais do Estado. O documento, assinado pelos advogados Álvaro Mariano, Eléia Alvim, Flávio Rodovalho e Frederico Medeiros, aponta que “ainda que o Estado de Goiás venha aderir ao RRF (...), os benefícios e incentivos fiscais ora existentes nesse Estado não poderão ser atingidos”. O argumento é o de que os incentivos goianos, incluindo os programas Fomentar e Produzir, estão convalidados e restituídos. Além disso, eles teriam sido concedidos a partir de “condições onerosas (contrapartidas)” e por “prazo certo” e, nesse caso, estariam protegidos pela própria lei que estabelece as regras para adesão ao Regime de Recuperação Fiscal.



## TCE alerta Governo sobre gastos

O Tribunal também questiona a aplicação dos limites mínimos aplicados em educação e saúde

**Dayrel Godinho**  
Especial para O Hoje

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) emitiu ontem (9) um alerta ao governador de Goiás, Ronaldo Caiado (Democratas), para que ele se atenha ao teto de gastos permitido na Constituição Estadual (CE). O Tribunal também alertou o Estado para que seja assegurado o cumprimento dos índices de educação e saúde até o final do exercício.

Estas medidas foram adotadas pelo Tribunal ao analisar durante a sessão da 1ª Câmara, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), da Secretaria de Estado da Economia, referente ao 1º bimestre de 2019, com relatoria da conselheira Carla Santillo.

Segundo a relatora, o Serviço de Contas do Governo do TCE-GO apontou a possibilidade de o Poder Executivo não cumprir, até o encerramento do exercício financeiro, o teto de gastos estabelecido pelo art. 41 da CE, “uma vez que já executou, até o segundo bimestre, o equivalente a 47,75% do seu teto de gastos para todo o exercício”. Conforme projeção realizada pela unidade técnica, há a possibilidade de o Poder Executivo exceder o limite para o ano de 2019 em até 19,90%.

Entre as possibilidades



Secretaria de Estado da Economia, chefiada por Cristiane Schmidt, informou que já está ciente do teor do documento

avaliadas pelo Tribunal, foi detectado que o Estado pode não cumprir em 2019 o mínimo de recursos exigido pela Constituição Federal nas Ações de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) e nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS).

O demonstrativo publicado pelo TCE-GO indica que foram aplicados até o 1º bimestre, 13,88% para a educação e 9,27% em saúde, quando deveriam ser aplicados 25% e 12%, respectivamente. Ou seja, o valor aplicado na educação está 11,12% abaixo do que deveria ser aplicado, enquanto para a saúde, esta 2,73% abaixo do esperado.

Conforme avaliado pela conselheira, o Tribunal informou que vai notificar a Secre-

taria de Estado da Economia para que, em quinze dias, inclua as variações monetárias e cambiais na apuração dos juros nominais e publique no Diário Oficial do Estado de Goiás a programação financeira, o cronograma de execução mensal de desembolso e as metas bimestrais de arrecadação.

Ainda de acordo com o Tribunal, o Serviço de Contas de Governo vai monitorar o cumprimento das determinações do Tribunal.

### Repasses de 2018

Como publicado na edição desta de ontem pelo O Hoje, há parcelas referente ao exercício de 2018 referentes aos repasses da saúde frente aos municípios goianos ainda estão em atraso e sem previsão de pa-

gamento. A Agência Goiana dos Municípios (AGM) teria avaliado que o montante representa cerca de R\$ 145 milhões em atrasos. A Secretaria de Estado da Saúde (SES) não tem previsão de quando os repasses serão feitos.

Já para o transporte escolar, que também está em atraso, são quatro parcelas do exercício de 2018, que estão avaliadas em cerca de R\$ 36 milhões. No entanto, a Secretaria de Estado da Educação (SEE) já fez um acordo para o parcelamento desses valores em atraso. Os pagamentos referentes ao ano de 2019 estão sendo pagos regularmente, segundo a AGM.

Em nota, a Secretaria de Estado da Economia informou que o Governo de Goiás, por

meio da Secretaria da Economia ainda não foi notificado. Segundo a nota, os valores se tratam do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), da Secretaria de Estado da Economia que publicado no Diário Oficial do Estado em março deste ano.

Ainda de acordo com a nota, a Secretaria já sabe sobre o teor do documento antes mesmo da sua publicação oficial e notificação e afirma que o percentual de vinculação constitucional para saúde e educação foi afetado porque o Governo atual precisou pagar dívidas de restos a pagar do Governo anterior. A Pasta ressalta que haverá o pleno cumprimento ao decorrer da execução do orçamento até o final de 2019.



## GASTOS PÚBLICOS

# Inativos consomem 40% da folha de militares

**Raphael Bezerra**  
Especial para O Hoje

Os gastos da Polícia e Corpo e Bombeiros Militar com aposentados, pensionistas e reformados em Goiás representam 39,87% da folha total da categoria. A planilha dos militares de Goiás tem um montante total de R\$ 284.997 milhões segundo os dados do Portal da Transparência de Goiás. Desse total, R\$ 113.628 milhões são gastos com aposentados, pensionistas e militares reformados do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar. A fatia, em relação a folha de pagamento dos servidores públicos de Goiás, representa 10% do orçamento total. Atualmente, gasta-se com pessoal mensalmente cerca de R\$ 1.101 bilhão.

A Polícia Militar do Estado de Goiás conta com 13.236 mil ativos com uma folha de R\$ 141.504 milhões e 9.769 mil inativos e pensionistas. São 6767 inativos e 3002 pensionistas com um gasto de R\$ 103.091 milhões. Os inativos



**Governador busca forma de colocar mais militares nas ruas**

consomem 42% folha salarial da Polícia Militar e 72% em relação a folha de ativos.

No Corpo de Bombeiros são 2.649 mil ativos com um custo mensal aproximado de R\$ 29.863 milhões. Os 699 inativos e pensionistas impactam em R\$ 10.536 milhões por mês a folha do Corpo de Bombeiros, o que representa 35% da folha total da instituição.

Em relação a folha de pagamento das duas instituições, os gastos com os militares da inativa representam 39,87% dos R\$ 284.997 milhões totais da folha. A Segurança Pública de Goiás é

a segunda pasta que mais conta com aposentados, ficando atrás apenas da Educação.

Foi excluída da proposta da reforma da Previdência a previsão de que, enquanto lei específica não fosse editada, PMs e bombeiros ficassem enquadrados nas novas regras para as Forças Armadas, como a exigência de 35 anos de contribuição para se aposentar. Hoje, na maior parte dos estados, é possível requerer o benefício com 30 anos de serviço. Não há idade mínima.

A situação da Previdência em Goiás é delicada, no entanto há 14 estados em que os gastos

com PMs e Bombeiros inativos supera o de ativos. No Rio Grande do Sul, por exemplo, esse percentual chega a 71%.

### Previdência cresceu

O Regime Próprio de Previdência da Previdência Social (RRPS) do Estado de Goiás sofreu um aumento de 56% em relação ao mesmo período do ano passado. O rombo nas contas públicas do estado chegou a R\$ 1,3 bilhão neste período, consumindo 17,44% da arrecadação nos quatro primeiros meses do ano.

A GoiásPrev projeta ainda um acréscimo de R\$ 77.830 milhões caso os 11.989 servidores e militares do Poder Executivo fiquem inativos até dezembro de 2022. Estima-se que até o final do ano sejam acrescentados nas contas do GoiásPrev mais 9.270 civis além de 2.728 militares.

A folha de inativos e pensionistas de maio deste ano girou em torno de R\$ 423.960 milhões. São 66.673 mil beneficiados, divididos entre 55.097 inativos e 11.576 pensionistas.

O aumento das despesas previdências do RRPS se dá, segundo a GoiásPrev, através “do inegável aumento da expectativa de sobrevida da população e às novas concessões de aposentadorias”, explica.

O RRPS que contempla os servidores da ativa e inativa além de pensionistas do serviço público registrou um déficit de R\$ 1,3 bilhão nos primeiros quatro meses deste ano. O valor corresponde a 17,44% da receita corrente líquida no mesmo período.

Em reunião com o presidente da Assembleia Legislativa, no começo do mês, Lissauer Vieira (PSB), o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (Democratas), levantou o tema para o presidente que colocou a Casa à disposição para discutir a matéria.

Lissauer afirmou, em entrevista recente, que pretende colocar o tema em discussão o mais breve possível. A expectativa é que a matéria seja tratada na Casa tão logo volte do recesso parlamentar.

## Gastos com inativos são superior em 14 dos 27 entes federativos

O levantamento acima foi realizado pelo economista Pedro Nery para a Instituição Fiscal Independente do Senado Federal. Segundo a pesquisa, os gastos com os inativos dessas duas categorias superam as despesas com os ativos em 14 das 27 unidades da federação. No Rio Grande do Sul, esse percentual chega a 71%.

Outro ponto apontado por Nery é que o custo com os inativos são superiores a quem

está, efetivamente, cuidando da segurança nas cidades. Esse problema é apontado pelo especialista como danoso a carreira dos profissionais. “O país é violento e tem uma população jovem, mas metade dos estados já gasta mais da folha de segurança com os inativos do que com os policiais em atividade. Esse cenário dificulta a própria melhoria da remuneração, porque os gastos com inativos e pensionistas são

atrelados, por conta da paridade (reajustes iguais aos de quem está na ativa), e os valores são maiores, por conta da integralidade (benefício igual ao salário da ativa). Para cada R\$ 100 de reajuste para um policial, o governador gasta uma quantia maior com aumento para inativo”, explica o economista.

### Perda de R\$ 350 bilhões

A previsão é que os esta-

dos e municípios devem perder R\$ 350,7 bilhões em dez anos, segundo a nota técnica nº 34 da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, que fez análise completa do relatório de Samuel Moreira (PSDB-SP), encarregado da emenda constitucional na comissão especial.

O IFI estima em R\$ 299 bilhões a economia relativa a servidores civis e R\$ 51,6 bilhões devidos aos militares, só

para estados e municípios. O relatório do parlamentar prevê a proibição da incorporação na remuneração de cargo efetivo de vantagens de caráter temporário.

Apesar de menores que os déficits dos regimes de previdência sob responsabilidade do governo federal — INSS, servidores federais e militares —, os resultados negativos dos regimes estaduais são significativos.



# Projeto abandonado desde 2001

**Obra de irrigação, que deveria ser modelo, se tornou sinônimo de dinheiro jogado fora**

Higor Santana

Faltando pouco menos de 7% para ser concluída a obra de construção do Projeto de Irrigação do Assentamento Três Barras, na cidade de Cristalina, entorno do Distrito Federal, nunca foi entregue e gerou um desperdício de mais de R\$ 100 milhões. Isso porque, de acordo com uma análise do Tribunal de Contas da União (TCU), como o projeto nem chegou a entrar em funcionamento, as estruturas ficaram abandonadas e foram se deteriorando. A obra começou há mais de 20 anos, mas foi paralisada em 2001.

Ainda de acordo com o TCU, em 1997 o Ministério do Meio Ambiente e o Governo de Goiás firmaram um contrato para a construção do sistema de irrigação, que previa o repasse de R\$ 35,8 milhões pela União e R\$ 2,6 do Estado de Goiás, que finalizaria a obra. Entretanto, segundo o presidente do Sindicato Rural de Cristalina, Alécio Maróstica, isso nunca aconteceu.

“O Governo Federal reali-



Estão amontoados quase 10 mil canos que seriam usados na obra de irrigação que beneficiaria cerca de 180 famílias de assentados

zou o repasse e a obra foi iniciada. Então, cabia ao Estado finalizar e entregar. O que nunca aconteceu. Desde que foi paralisada, as estruturas começaram a se deteriorar e alguns equipamentos como canos, fios e bombas de água foram até furtados. Hoje, ali se tornou um amontoado de lixo. Nem adianta tentar reiniciar ou continuar a construção do projeto porque da para ver que as estruturas acabaram. As bombas que restaram e iriam ser usadas

para jogar a água nos lotes estão travadas, fora o terreno que acabou”, explica.

Ainda de acordo com Alécio, o sistema de irrigação seria construído na região em que 180 famílias receberam terras da reforma agrária, no fim dos anos 1980. A proposta, segundo ele, era que os moradores do assentamento produzissem frutas, verduras e legumes durante todo o ano, por meio da irrigação. Para isto, os governos federal e estadual decidiram montar três pontos de captação d’água.

## Projeto de irrigação

Ainda conforme o projeto, a água dos rios seria puxada pelas bombas, passaria por 89 quilômetros de tubulações e seria distribuída em canos mais finos para molhar 8 hectares de terra de cada assentado. Chegaram a ser construídas casas de máquinas com motores instalados e redes de energia, mas como a obra nunca entrou em funcionamento e as estruturas ficaram abandonadas, o governo de Goiás

decidiu deixar de lado o esqueleto milionário.

## Assentados

Segundo o presidente da Associação dos Assentados, Luiz Carlos Paganí, na sede do Assentamento Três Barras, em Cristalina, estão amontoados quase 10 mil canos que seriam usados na obra. Para substituir o sistema de irrigação, os moradores colocaram quase cinco mil mangueiras pela horta, com vários vazamentos. “É um improviso. Uma gambiarra aproveitando o que tem”, disse.

## Tribunal de Contas determina devolução de R\$ 110 milhões

Por conta do abandono e descaso do dinheiro público, o Tribunal de Contas da União (TCU) determinou que o Governo de Goiás devolva R\$ 110 milhões repassado ao Estado para a construção do projeto de irrigação em Cristalina. De acordo com o TCU, o contrato assinado em 1997, previa o repasse de R\$ 35,8 milhões pela União para a construção do sistema. Então, segundo o órgão, como não chegou a ser finalizado, o valor investido na época precisou ser atualizado. Assim, pelo cálculo do Tribunal, a quantia equivale a R\$ 110 milhões.

A decisão foi tomada em 28 de maio pela 2ª Câmara do TCU. De acordo com o órgão,

93% da obra já estavam concluídas em outubro de 2001, mas o governo do Estado não fez a retomada de finalização. O restante deveria ser entregue em 60 dias, o que não aconteceu. O Governo de Goiás informou que apresentou recurso administrativo contra a decisão e poderá recorrer judicialmente, por entender que a condenação é injusta, tanto que foi afastada inicialmente pelo próprio TCU.

## Irrigação

O município de Cristalina tem a maior área irrigada da América Latina, com mais de 50 mil hectares. O sucesso da técnica na região, de acordo com o Presidente do Sindicato Rural de Cris-



Chegaram a ser construídas casas de máquinas com motores instalados e redes de energia

ta, Alécio Maróstica, se deve muito ao armazenamento de água da chuva, que seria perdida

sem a presença de pequenas bargens construídas pelos agricultores. (Higor Santana é esta-

giário do Jornal O Hoje sob orientação do editor de cidades Rhudy Crysthian)